



Sumário

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	12
3 Domínio da ortografia oficial.	33
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	49
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	62
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.	75
5.1 Emprego das classes de palavras.	82
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	117
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	129
5.5 Concordância verbal e nominal.	137
5.6 Regência verbal e nominal.	153
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	164
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	172
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	179
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	195
7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.	207

Noções de Direito Constitucional

1 Constituição. 1.1 Conceito, classificações, princípios fundamentais.	1
2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos.	7
3 Administração Pública. 3.1 Disposições gerais, servidores públicos.	45

Legislação e Ética no Serviço Público

1 Ética e moral.	1
2 Ética, princípios e valores.	9
3 Ética e democracia: exercício da cidadania	11
4 Ética e função pública.	15
5 Ética no Setor Público. 6 Decreto nº 1.171/1994.	17
Lei nº 8.429/1992. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Atos de improbidade administrativa.	32
5 Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999): conceito, princípios, fases e modalidades.	42
Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011;	57
Decreto nº 7.724/2011.	78

Conhecimentos Específicos

Psicologia geral: ciência, senso comum, áreas do conhecimento, história, teorias comportamentais.	1
Psicologia como profissão.	24
Processos grupais.	27
Sistema Único de Saúde (SUS).	63
Controle social em políticas públicas.	68
Políticas Públicas de Direitos Humanos (mulheres, Crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, igualdade racial e LGBTTI), ciência, saúde, estado e sociedade.	76
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	142
Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	197
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).	252
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).	277
Divulgação científica.	303
Legislação em vigência de pesquisa com seres humanos.	303
Processo de entrevista: psicológica, meios e testes psicológicos para entrevistas e encaminhamentos.	311
Avaliação Psicológica: métodos e técnicas.	332
Treinamento e desenvolvimento de pessoal: elaboração, divulgação, acompanhamento, execução e avaliação.	348

Legislação da Profissão

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/05 que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP),	1
RESOLUÇÃO CFP Nº 003/2007 que institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia,	7
RESOLUÇÃO CFP N.º 007/2003 que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.	22
RESOLUÇÃO CFP Nº 10/2017 que Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia,	32
RESOLUÇÃO CFP N.º 013/2007 que Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro,	38
RESOLUÇÃO CFP Nº 3/2016 que Altera a Resolução CFP nº 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro,	55
RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual,	56
RESOLUÇÃO CFP Nº 001/ 2018 que Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis,	58
RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial,	59
RESOLUÇÃO CFP Nº 9/2018 que Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017,	60
RESOLUÇÃO CFP Nº 11/2018 que Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2012,	69
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.	71
Conselho Nacional de Educação, ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO PSICÓLOGO NO BRASIL.	76
CBO - CATÁLOGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÕES DO Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	81

LEI Nº 4.119, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo,	82
DECRETO No 53.464, DE 21 DE JANEIRO DE 1964 que regulamenta a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo,	86
LEI No 5.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971 que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências e	90
DECRETO Nº 79.822, DE 17 DE JUNHO DE 1977 que regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.....	96